

DF - COMÉRCIO

Feiras de Brasília na ilegalidade

Dos 71 comércios de rua do DF, 70 passaram a funcionar de forma irregular depois que os decretos que os regulamentavam foram considerados inconstitucionais. A Torre de TV é a exceção

» ANTONIO TEMÓTEO

Entre as 71 feiras existentes no Distrito Federal, apenas **uma** funciona de maneira regular. Os outros 70 espaços comerciais estão na clandestinidade, com base em uma decisão do Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Os decretos que regulavam a organização e o funcionamento das áreas foram julgados inconstitucionais pelo colegiado de desembargadores por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) apresentada pelo Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT). Dessa forma, os alvarás de funcionamento perderam efeito, pois os atos do executivo foram considerados ilegais.

Ao comentar a decisão do TJDFT — que está em vigor desde abril e foi republicada na última segunda-feira —, o assessor de Controle de Constitucionalidade da Procuradoria-Geral de Justiça do DF, Antonio Suxberger, explicou que a regulamentação da atividade não poderia ter sido criada antes de existir uma lei formal. “A pretexto de se regulamentar uma lei que já foi revogada, tínhamos aqui um decreto autônomo. O poder administrativo legislou. Em uma situação como essa, temos que ter um projeto de lei que tramita e passa por discussão na Câmara Legislativa do DF”, detalhou.

O parecer do MPDFT também indica que as regras estabelecidas pelos decretos para concessão de uso de áreas públicas a particulares, sem prévia licitação, vão de encontro ao que determina a Lei Orgânica do DF (LODF).

Leonardo Arruda/Esp. CB/D.A Press - 24/12/10



A Feira dos Importados é uma das que funcionam irregularmente: GDF quer solucionar o problema rapidamente



Fizemos um seminário, recebemos propostas dos feirantes e sindicatos. Na quinta-feira (amanhã), teremos uma reunião para fechar esse documento (projeto de lei). Também encaminharemos ao jurídico para que não haja problemas. Realmente hoje não há uma legislação que regule a situação das feiras do DF"

Pasem Asad,
chefe da Unidade de Serviços Públicos da Coordenadoria das Cidades

Segundo o Ministério Público, apesar da necessidade de regularização dos espaços nos quais os estabelecimentos funcionam de forma irregular, a solução não pode contrariar as disposições urbanísticas contidas na LODF.

Mudanças

Para tentar solucionar o impasse, a Coordenadoria das Cidades da Secretaria de Governo do DF espera encaminhar, até o próximo dia 15, um projeto de lei à Câmara Legislativa que regulamentará a situação das 70 feiras irregulares. Segundo o chefe da Unidade de Serviços Públicos da Coordenadoria das Cidades, Pasem Asad, o governo discutiu com feirantes e entidades representativas a criação de uma minuta que observa todas

as necessidades legais para normalizar a situação dos comerciantes. Asad espera que seja apreciada pelo Legislativo em caráter de urgência e sancionada pelo governador do DF, Agnelo Queiroz, até novembro.

“Fizemos um seminário, recebemos propostas dos feirantes e sindicatos. Na quinta-feira (amanhã), teremos uma reunião para fechar esse documento. Também encaminharemos ao jurídico para que não haja problemas. Realmente hoje não há uma legislação que regule a situação das feiras do DF”, completou Pasem Asad.

O presidente do Sindicato dos Feirantes do DF, Francisco Valdeir Machado Elias, explicou que a categoria está apreensiva com a falta de amparo legal para que os comércios funcionem. Elias

espera que o GDF consiga aprovar o projeto de lei na Câmara Legislativa o quanto antes para que a categoria tenha segurança jurídica para trabalhar. “Tivemos uma reunião com a Coordenadoria das Cidades na última quinta-feira e o projeto está praticamente pronto. Queremos regularizar logo essa situação. Com legislação, já era ruim. Sem, é pior ainda”, disse.

Segundo o diretor de Fiscalização de Atividades Econômicas da Agefis, Cláudio Caixeta, o órgão tem feito constantes operações nas feiras da cidade a fim de combater a pirataria e atividades ilegais. Caixeta também detalhou que a agência está realizando um levantamento com a Coordenadoria das Cidades para mapear as feiras e os boxes em situação irregular.